



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

INAUGURAÇÃO DO 6º SALÃO NACIONAL DO TRANSPORTE E DA 3ª FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA NÁUTICA

São Paulo, SP
20 de outubro

Esta exposição representa uma lição de trabalho, competência e criatividade dos setores automobilístico e náutico da indústria brasileira.

20 de outubro — A inflação de outubro será de 36%, segundo o Ministério da Fazenda.

O 6º Salão Nacional do Transporte e a 3ª Feira Nacional da Indústria Náutica, que hoje inauguramos, são uma verdadeira festa de consagração da indústria nacional.

Aqui estão expostos testemunhas do avançado estágio de evolução do setor industrial, que é símbolo do desenvolvimento do nosso País. A indústria automobilística foi, sem dúvida, uma das principais responsáveis pela notável e veloz mudança do nosso padrão industrial, que fez, do Brasil, a 8ª potência econômica do mundo. Hoje, somos um dos poucos países capazes de produzir mais de um milhão de veículos por ano. Indústrias montadoras e autopeças, revendedoras e demais atividades ligadas ao segmento automotor garantem a sobrevivência de milhões de famílias de brasileiros.

O setor automobilístico desponta como um dos mais expressivos da nossa pauta de exportações, superando dois bilhões e quinhentos milhões de dólares, o que representa importante contribuição ao esforço do reequilíbrio das contas externas.

Veículos brasileiros, hoje, trafegam nos cinco continentes em mais de cento e vinte países.

Peço aos senhores Jaci de Souza Mendonça, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — ANFAVEA, e a Joaquim Pedro Ribeiro Dantas, presidente da Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos, que transmitam aos demais dirigentes, técnicos e trabalhadores das empresas dos setores automobilístico e náutico o reconhecimento, que é de todos os brasileiros, pela lição de trabalho, competência e criatividade, representada por estas exposições que tenho o privilégio de abrir.

Desejo, também, saudar essa grande entidade de classe, a ANFAVEA, dirigida por líderes empresariais como Jaci Mendonça, André Beer, Wolfgang Sauer, que têm contribuído para o progresso nacional.

Temos, nestas exposições, a prova definitiva de que o Brasil reúne todas as condições para prosseguir na sua trajetória de desenvolvimento e não tem porque temer o futuro. Vivemos uma etapa capital do processo de modernização do Brasil. Essa modernização se realiza nos direitos individuais, na economia, no Estado, nas instituições políticas. Uma das características mais marcantes de nosso processo de desenvolvimento foi, outrora, o grande papel desempenhado pelo Estado, na economia. O Estado teve uma importância na construção do nosso parque industrial, concedendo incentivos e subsídios, promovendo a infraestrutura básica sobre a forma de pesados investimentos em estradas, energia elétrica, comunicações e até mesmo participando de algumas atividades produtivas, através de muitas empresas estatais.

O Governo tudo podia. A própria sociedade acostumou-se a esperar do Governo que este atuasse em todas as áreas, em todos os instantes, em todas as dificuldades.

Havia, dentro e fora do Governo, uma percepção de que os nossos recursos eram recursos ilimitados. Reconheci, desde o momento de minha posse, que a situação havia mudado. O Estado encontra-se no limite de sua capacidade de atuação e não dispõe de meios para o financiamento de todas as atividades que foi assumindo ao longo do tempo. Por isso mesmo tomou-se imperiosa a modernização do Estado e da economia e, por isso, estamos vivendo a maior crise do Estado, no Brasil.

Em uma sociedade que aspira a modernidade, todos os cidadãos devem compreender que é fundamental realizar profundas mudanças nos valores e no comportamento social, particularmente no tocante ao relacionamento entre o Governo e a iniciativa privada.

Tenho afirmado em diversas oportunidades que a liberdade política é indissociável da liberdade econômica, cuja expressão mais legítima é, sem dúvida, a economia de mercado. Portanto, deve caber à iniciativa privada o papel do agente mais dinâmico no desenvolvimento do País. O princípio básico que norteia a postura do Governo considera que a liberdade de empreender deve ser plena. Chegou o fim da era de intervencionismo onipresente do Estado, que asfixia a sociedade e inibe a sua iniciativa. Com a política industrial, começa-se a disseminar amplamente no País o conceito de competição, preparando trabalhadores e empresários para ingressar num novo ciclo da economia mundial que se inicia, onde apenas os mais eficientes se destacarão.

Esta mudança exige, também, uma completa redefinição do papel do Estado como agente produtivo e normativo do seu relacionamento com a iniciativa privada e dos padrões que regulam as relações entre os agentes econômicos.

A modernização do Estado significa a redução de seu tamanho, significa a desregulamentação dos processos de comando do Governo sobre a iniciativa privada, significa o aprimoramento dos mecanismos de gestão da administração e a democratização do poder decisório.

Esta não é uma tarefa difícil. É árdua e, naturalmente, terá que ser vivida por algumas gerações.

Em meio à crise generalizada da América Latina, contudo, o Brasil foi dos poucos países a expandir o Produto Interno Bruto e mais de vinte por cento em termos reais, nos últimos quatro anos. Passamos do 8º para o 7º lugar em termos de produto industrial no Ocidente. Alcançamos um estágio de desenvolvimento invejável, produzindo uma enorme gama de bens, desde os mais simples até aqueles que incorporam uma tecnologia altamente sofisticada. Mesmo com as enormes dificuldades encontradas ao assumir o Governo, minha posição foi sempre a de evitar o agravamento do quadro social vivido por parcelas importantes da nossa população.

Recusei a recessão porque sabia e sei que a recessão é um caminho que pode ser mais fácil para resolver graves problemas econômicos, imediatos e paroxísticos. Mas, sem dúvida, é o mais penoso de todos porque recai, sobretudo, nos ombros dos que mais precisam.

Optei por iniciativas inovadoras, nunca antes tentadas neste País, para evitar os males sociais dos processos de depressão econômica. Procurei caminhos, esforcei-me, cumpri com o meu dever. A criação de emprego foi uma das minhas preocupações. Nesses quatro anos foram criados mais de cinco milhões de empregos, o que permitiu reduzir o nível de desemprego, que era de oito por cento quando tomei posse, para hoje ser de três por cento.

O lado real da economia brasileira está bem. Nele podemos mesmo dizer que não há crise. A crise, é, sem dúvida, a crise do Estado. Para um crescimento bruto do produto industrial no período de 85 a 88, por exemplo, a produção de material de transporte aumentou 23.1 por cento. A produção industrial, em agosto último, cresceu 7,8 em relação ao mesmo mês do ano passado, atingindo sua maior marca nesta década. As vendas no comércio estão crescendo. O desemprego tem se mantido em patamares baixos, somente na indústria de São Paulo foram criados, no mês de setembro, quase 19 mil empregos. As safras agrícolas bateram recordes consecutivos, alcançando, este ano, 72 milhões de toneladas de grãos. As exportações nunca foram tão dinamizadas. Em meu Governo as vendas para o exterior já proporcionaram 131 bilhões de dólares

em divisas, até agosto último. A estimativa de crescimento do PIB este ano é de cerca de três por cento.

Estudos recentes informam que o setor privado dispõe de elevados níveis de liquidez e de baixo endividamento. O que há é que as empresas estão investindo pouco na ampliação da capacidade produtiva. Há fortes indicações de que o setor privado já pode participar de um novo esforço de crescimento. Não há razões para temer o futuro. As regras constitucionais estão definidas, as eleições presidenciais que se aproximam são o arremate final da maior realização do Governo, que é o total restabelecimento do Estado de direito do Brasil.

O desenvolvimento econômico, sem dúvida, passa pelo desenvolvimento democrático, passa pela criação de condições de liberdade, liberdade que faz florescer a livre iniciativa.

Os alicerces dessa obra monumental foram as práticas cotidianas da democracia, com tolerância, paciência e negociação. Suas estruturas são invisíveis, mas estão na consciência de todos os cidadãos que hoje exercem, sem qualquer restrição, as prerrogativas asseguradas pelas amplas liberdades públicas.

Essa jornada cívica produziu bons frutos porque conosco caminharam, movidos pelo mesmo devotamento à causa democrática, líderes de larga visão como o governador Orestes Quércia, que, com competência, conduz os destinos de São Paulo.

Devemos, portanto, todos: empresários, trabalhadores, Governo, tomar consciência de que, dispersos, seremos derrotados. Só venceremos o grande desafio do século, esta segunda revolução industrial que o mundo atravessa, se soubermos mobilizar e agenciar, com inteligência, os recursos humanos e materiais que a natureza nos deu com tanta generosidade.

Devo dizer que não conheço, em nenhum espaço da história do Brasil, um momento em que os segmentos da sociedade tivessem tanta capacidade de influir, tanta liberdade de viver, tanta capacidade de opinar. A iniciativa privada, hoje, no Brasil, não tem que temer, de nenhuma ma-

neira, quaisquer restrições pessoais ou políticas de caráter governamental; ela tem os seus espaços abertos, as suas tribunas para protestar, para questionar, para reivindicar sem que qualquer empresário tenha o temor de que possa ser submetido a restrições políticas de qualquer natureza.

A empresa moderna não procura mais o lucro como um fim em si mesmo. Ela é um patrimônio de uma parte viva e solidária da sociedade: trabalhadores, acionistas, consumidores e dirigentes têm interesses comuns mais relevantes que suas diferenças. E um interesse comum maior é a garantia de permanência e crescimento do empreendimento, gerando, de forma continuada, benefícios e realização pessoal para todos.

Eventos como o salão nacional de transportes, o salão do automóvel e a feira nacional da indústria náutica são fiéis indicadores da evolução industrial e tecnológica do nosso País.

Que sejam também momento de diálogo, entendimento e confraternização, são os meus sinceros votos.

Quem tem um parque industrial como tem o Brasil, um país que tem a capacidade de realizar eventos como este, não pode ter medo do futuro, nem descrença nas potencialidades de nossa Pátria.